

99/15

André Luiz dos Santos Barbosa

Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social ?

Rio de Janeiro -

1999

André Luiz dos Santos Barbosa

Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social ?

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO : DIDÁTICA
DISCIPLINA : MONOGRAFIA

Reitor : Professor Hans Jürgen Fernando Dohmann.

Decano : Professora Maria Teresa Wiltgen Tavares da Costa Fontoura.

Diretor : Janete de Oliveira Elias.

Chefe do Departamento : Adilson Florentino da Silva.

Professor : Mônica Mandarino.

ORIENTAÇÃO SEXUAL : REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO SOCIAL ?

ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS BARBOSA

Monografia apresentada à Escola de
Educação da Uni-Rio para a obtenção do
grau de licenciado em Pedagogia

Professor Orientador : ÂNGELA MARIA S. MARTINS

RIO DE JANEIRO

1999

BARBOSA, André Luiz dos Santos. Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social? Rio de Janeiro : Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Escola de Educação, 1999, 37p.

B238 BARBOSA, André Luiz dos Santos.

Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social? / André Luiz dos Santos Barbosa – Rio de Janeiro, 1999
37 f.

Monografia apresentada à Escola de Educação da Uni-Rio para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

1. Políticas da Educação Sexual. I Escola de Educação da Uni-Rio. II. Título

CDD 613.9071

CDU 37.014.5 : 613.88

Para o Léo.

RESUMO

O presente trabalho destina-se a investigar se as possibilidades de repercussões políticas da inserção do tema transversal Orientação Sexual no ensino fundamental das escolas brasileiras tendem para o processo de democratização do Brasil ou se estão comprometidas com a reprodução do modo de produção capitalista em nossa sociedade. Parte-se da hipótese de que o comprometimento dessa abordagem da sexualidade seja com a reprodução do modo capitalista de produção. Na busca da confirmação dessa hipótese, faz-se uma investigação descritiva no Documento de Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Documento de Convívio Social e Ética relativo ao tema transversal Orientação Sexual, sustentada em pesquisa bibliográfica que relaciona a educação, a sexualidade e o poder. Ao identificar-se elementos comprometidos com a reprodução do modo de produção capitalista dessa proposta dos PCNs, acredita-se estar contribuindo para a sua reformulação, caso seu real objetivo seja a democratização da sociedade brasileira, quando não, chamando a atenção dos professores brasileiros que têm esse objetivo para a criticidade com que devem receber esses PCNs.

SUMÁRIO

1 – Introdução.	5
2 – A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos.	8
3 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais e seus objetivos.	14
4 – Poder, Saber e Sexualidade : para além da hipótese repressiva.	18
5 – Orientação Sexual na Escola : a visão de uma sexóloga.	22
6 – Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social ?	25
6.1 – Orientação Sexual ou Educação Sexual ?	26
6.2 - Orientação Sexual : um discurso incitado para controlar.	28
6.3 – Orientação Sexual : Reprodução Social.	31
7 – Conclusão	34
Bibliografia	36

1 – Introdução

A sociedade brasileira é caracterizada pelo modo de produção capitalista de periferia. Como tal, apresenta-se dividida em classes sociais as quais detêm de modo desigual a riqueza do país. Em outras palavras, a sociedade brasileira é marcada pelo conflito existente entre a minoria exploradora e a maioria explorada.

Assim, além da formação multicultural da sociedade brasileira, o conflito social entre as suas classes sociais contribui para a sua diversidade cultural (crenças, costumes, valores éticos...).

Dada a origem desse conflito : econômica, espera-se e assim se revela na prática social, que os interesses dessas classes sociais (dominante e dominada) sejam antagônicos, o que, na maioria das vezes, dá origem a valores éticos também antagônicos.

Assim, acredita-se que o processo de democratização do Brasil não seja do interesse de ambas as classes sociais. À minoria exploradora é interessante a perpetuação do modo capitalista de produção.

A educação não deve ignorar o antagonismo desses interesses, e se se pretende responsável pelo processo de democratização da sociedade, deve se posicionar politicamente em favor das classes dominadas, para que, assim, possa reverter o típico quadro de exploração.

Diante do tenso quadro social brasileiro a SEDIAE / MEC – Secretaria de Desenvolvimento e Avaliação Educacional revisa o processo educacional do país,

dizendo-se preocupada com a qualidade de ensino e aprendizagem nos tempos de globalização econômica e cultural.

Com esse discurso a SEDIAE / MEC lança o projeto de centralização curricular (embora, em sua flexibilidade, diga-se respeitoso às diferentes culturas das diferentes regiões do país) denominado Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Entre as inovações desse projeto, estão as sistematizações como transversalidade dos temas Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo.

Um projeto que se pressupõe impactante em todas as escolas do Brasil, deve ser analisado em função dos efeitos político-sociais que pode causar; afinal é o destino de nossa constituição social que está em jogo.

Por considerar-se que, ao longo dos últimos séculos, as abordagens dadas à sexualidade sempre estiveram relacionadas com a manutenção ou superação do poder, chegando-se a trabalhar com a hipótese da repressão sexual vitoriana ter propiciado a instauração do modo capitalista de produção, destinamo-nos a investigar se as possibilidades de repercussões políticas da inserção do tema transversal Orientação Sexual no ensino fundamental das escolas brasileiras tendem para o processo de democratização do Brasil ou se estão comprometidas com a reprodução do modo de produção capitalista em nossa sociedade.

Parte-se da hipótese de que o comprometimento dessa abordagem da sexualidade seja com a reprodução do modo capitalista de produção.

Na busca da confirmação dessa hipótese, faz-se uma investigação descritiva no Documento de Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Documento de Convívio Social e Ética relativo ao tema transversal Orientação Sexual, sustentada em pesquisa bibliográfica que relaciona a educação, a sexualidade e o poder.

A relação entre a educação e o poder encontra-se fundamentada na teoria que sustenta a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos, que afirma ter a educação um comprometimento com o processo democratizante da sociedade, e que desempenha essa função difundindo entre a classe dominada os conteúdos universais e autônomos relevantes à prática social e sua superação.

A relação entre a sexualidade e o poder encontra-se fundamentada no discurso de Michel Foucault, que apontou a possibilidade da incitação de discursos sobre a sexualidade ser uma nova forma de controle, controle este que até então era considerado apenas quando se apresentava sob a forma de silêncio.

A relação entre educação e sexualidade encontra-se fundamentada no discurso da sexóloga Marta Suplicy, para quem os valores sexuais se tornaram, em nossa sociedade, valores éticos. Marta Suplicy aponta para a necessidade da educação sexual ser norteadada pelos valores inerentes a uma sociedade democrática.

Ao identificarmos elementos comprometidos com a reprodução do modo de produção capitalista dessa proposta dos PCNs, acreditamos estar contribuindo para a sua reformulação, caso seu real objetivo seja a democratização da sociedade brasileira, quando não, chamando a atenção dos professores brasileiros que têm esse objetivo para a criticidade com que devem receber esses PCNs.

2 - A Pedagogia Crítico-social dos Conteúdos

Para que se possa analisar a tendência dos os efeitos político-sociais (reprodução ou transformação social ?) da introdução do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, faz-se necessário delinear sob que tendência pedagógica essa análise se dará.

Estando essa proposta de análise centrada na hipótese dos Parâmetros Curriculares Nacionais estarem de algum modo comprometidos com a reprodução do modo de produção capitalista, busca-se confirmar essa hipótese contrapondo os objetivos e pressupostos dos PCNs aos objetivos e pressupostos de uma tendência pedagógica progressista, ou seja, uma tendência pedagógica que esteja comprometida com a análise crítica das realidades sociais.

Escolhe-se a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos, por esta acentuar a primazia dos conteúdos no seu confronto com as relações sociais.

A pedagogia crítico-social dos conteúdos

*"(...)entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber reelaborado."*¹

Assim, longe de encarar a educação como um aparelho ideológico reprodutor ou sustentador do modo de produção vigente, esta tendência reconhece o antagonismo existente entre os interesses das diferentes classes sociais que compõem

¹ LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985,p.32,33.

a sociedade capitalista e identifica a homogeneização da ideologia da classe dominante como promotora e sustentadora da opressão e exploração da classe dominada.

A pedagogia crítico-social dos conteúdos aponta ser a difusão na classe dominada dos conteúdos universais articulados com a realidade social um meio possível de superação desse quadro de exploração.

*"A atuação da escola consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade"*²

Com este discurso, Libâneo enuncia a função social da escola, deixando clara a especificidade da prática educativa (transmissão de conteúdos e socialização) e garantindo sua inseparabilidade da prática política.

Cabe aqui, com caráter elucidativo, citar algumas teses de Saviani que sustentam essa tendência pedagógica :

"tese 1 : Não existe identidade entre educação e política.

COROLÁRIO : Educação e política são fenômenos inseparáveis, porém efetivamente distintos entre si.

tese 2 : Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política.(...)

*tese 11 : A função política da educação se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica."*³

Mas, quais seriam esses conteúdos imprescindíveis a participação organizada e ativa na democratização da sociedade ?

² LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985,p.39

³SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo : Cortez / Ed. Assoc, 1983,p.98,100

Libâneo responde :

*"São os conteúdos culturais universais que constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, incorporados pela humanidade, mas permanentemente reavaliados face às realidades sociais"*⁴

Como foi exposto, essa tendência pedagógica afirma ser a assimilação dos conteúdos culturais universais reavaliados face as realidades sociais um instrumento de superação do modelo social vigente, contanto não desmerece os conhecimentos próprios do senso comum, apenas responsabiliza a escola pela mediação da passagem da experiência imediata e desorganizada ao conhecimento sistematizado.

É justamente nesse ponto que a presente análise se dará.

Conforme o proposto pelos PCNs ao abordar o tema transversal Orientação Sexual, o professor deve apresentar as diferentes perspectivas sociais a respeito de um tema surgido da espontânea curiosidade dos alunos (virgindade, homossexualismo...), mantendo uma "impossível" neutralidade.

Ora, mesmo que essa neutralidade fosse possível, a quem interessaria mantê-la ?

Considera-se ao se tentar responder (mais adiante) a essa questão que a garantia da especificidade da pedagogia implica em dois momentos que Snyders classificou como :

continuidade : quando o aluno obtém acesso aos conteúdos ligados a sua experiência concreta;

⁴ LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985,p.39

ruptura : quando ao aluno são proporcionados elementos de análise crítica que o ajudem a ultrapassar a experiência, os estereótipos, as pressões difusas da ideologia dominante.

Ao se referir aos métodos de ensino da tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos, Libâneo aponta para a necessidade desses favorecerem a correspondência dos conteúdos aos interesses dos alunos para que esses possam reconhecer nos conteúdos o auxílio ao seu esforço de compreensão da realidade (prática social).

Associando seu apontamento às etapas da prática pedagógica nomeadas por Snyders (continuidade e ruptura), Libâneo conclui que uma aula crítico-social dos conteúdos deve partir da constatação da prática real, trabalhar a conscientização dessa prática no sentido de referi-la aos termos dos conteúdos propostos, confrontando a experiência e a explicação do professor.

Se há a possibilidade (e até a expectativa) de um confronto entre a experiência prática e a explicação do professor, então clarificam-se algumas hipóteses que serão consideradas na presente análise:

- a) o trabalho do professor não se restringe a apresentar as diferentes perspectivas sociais sobre um determinado tema, embora essa seja uma possível primeira etapa da aula crítico social dos conteúdos;
- b) a explicação do professor, uma vez que se confronta com experiência concreta, não pode ser imparcial;

- c) a explicação do professor pretende mobilizar o aluno para uma participação no processo de democratização da sociedade;
- d) neste confronto entre a experiência concreta e a explicação do professor, fica caracterizada a diretividade na prática pedagógica crítico-social dos conteúdos: o professor expressa os conteúdos e modelos que serão confrontados.

A tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos justifica o abandono a não-diretividade como forma de orientação do trabalho escolar (própria das tendências pedagógicas progressistas), considerando que o professor dispõe de uma formação para ensinar, possui conhecimentos, cabendo a ele fazer a análise dos conteúdos em confronto com as realidades sociais.

Embora a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos aposte na diretividade da relação professor-aluno, ela não se centraliza em nenhum dos dois pólos, ou sequer polariza essa relação:

*"O professor precisa saber (compreender) o que os alunos dizem ou fazem, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhes. A transferência da aprendizagem se dá, a partir do momento da síntese, isto é, quando o aluno supera sua visão parcial e confusa e adquire uma visão mais clara e unificadora"*⁵

Libâneo encerra sua explanação sobre a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos posicionando-a politicamente, citando Savianni, para quem

⁵ LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985,p.42

a contribuição do professor será tanto mais eficaz quanto mais seja capaz de compreender os vínculos de sua prática com a sociedade global, tendo em vista "a democratização da sociedade brasileira, o atendimento aos interesses das camadas populares, a transformação estrutural da sociedade brasileira"⁶.

⁶ SAVIANI apud LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985,p.43

3 – Os Parâmetros Curriculares Nacionais e seus objetivos

*"Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) constituem um referencial para fomentar a reflexão sobre os currículos estaduais e municipais, a qual já vem ocorrendo em diversos locais. Sua função é orientar e garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade de ensino, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual"*⁷

Assim, encontram-se apresentados os Parâmetros Curriculares Nacionais que contêm entre seus temas transversais a Orientação Sexual, objeto dessa análise.

Para que se identifique seu entendimento sobre "a melhoria da qualidade de ensino" faz-se necessário conhecer seus objetivos e confrontá-los com os objetivos educacionais de uma tendência pedagógica progressista.

Assim, pretende-se conduzir a presente análise que considera haver um mascaramento dos reais objetivos desses parâmetros que se dizem democratizantes.

A seguir, o objetivo apresentado :

*"O conjunto das proposições expressas nos PCNs tem como objetivo estabelecer referenciais a partir dos quais a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção de cidadania, tendo como meta o ideal de uma igualdade crescente entre os cidadãos. **Embora numa sociedade democrática, a igualdade política possa ser assegurada pelas instituições, sabe-se que uma equidade efetiva exige o acesso pleno e indiscriminado dos cidadãos à totalidade dos bens públicos, dentre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes.**"*⁸

Ao considerar-se que a aplicabilidade desses parâmetros se dará numa sociedade de classes distintas, onde distintos também são os interesses dessas classes, seria interessante esclarecer o posicionamento desse objetivo em sua própria apresentação. Afinal, não se acredita que a expectativa da tal equidade efetiva seja

⁷ BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Versão – PCNs – 1º e 2º ciclos / agosto de 1996, p.6

⁸ ibid, p6

consensual entre os interesses díspares de uma sociedade de classes.

Ao invés desse posicionamento, surge o comentário de intenção duvidosa :
“*Embora numa sociedade democrática a igualdade política possa ser assegurada pelas instituições...*” (grifo nosso)

Cabe aqui perguntar se este comentário teria a intenção de nos induzir a acreditar que no Brasil as instituições políticas asseguram a igualdade política ou apenas de comprometer a proposta dos PCNs com as instituições políticas que a geraram.

Em qualquer resposta que se dê, pode-se reconhecer pistas que nos levarão a confirmação da hipótese inicialmente apresentada : Os efeitos político-sociais da inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras tendem ao comprometimento com a reprodução do modo de produção capitalista.

Quanto a parte final desse objetivo : a consideração do necessário acesso pleno e indiscriminado dos cidadãos a totalidade dos bens públicos (entre eles o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes) para a efetiva equidade, remete aos objetivos da educação segundo a tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos apontados por Libâneo.

Resta, entretanto saber quem ou o que determinará a relevância social dos conhecimentos. Ou ainda, aproximando-se dessa análise : conhecimentos relevantes para a transformação social ou relevantes para a adaptação/reprodução social ?

Como já foi visto, as duas perspectivas existem claramente distintas nos diferentes interesses das classes sociais que tensionadas dão corpo a sociedade capitalista.

Outro ponto do documento (PCNs) que apresenta relevância nessa análise é sua consideração dada a função social da escola :

"A escola busca a inserção dos jovens no mundo do trabalho, da cultura, das relações sociais e políticas, através do desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes. No entanto, um ensino de qualidade busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, e não apenas formá-los para que se integrem ao mercado de trabalho. A escola, ao posicionar-se desta maneira, abre a oportunidade para que os alunos aprendam sobre temas normalmente excluídos e atua propositadamente na formação de valores e atitudes dos sujeitos em relação ao outro, à política, à economia, ao sexo, à droga, à saúde, ao meio ambiente, à tecnologia, etc."⁹

Com este discurso, fica evidenciado que a proposta desses PCNs não considera a escola como um organismo social vivo, promotor de cultura, onde ocorrem relações sociais e políticas, afinal ela busca a inserção dos jovens no mundo do trabalho, da cultura, das relações sociais e políticas (mundos para além da escola).

É importante destacar a diferença entre essa concepção e a concepção da função da educação da tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos. A tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos reconhece a escola como um organismo social vivo e, como tal, imbricado com as demais instâncias sociais; contudo, aponta para a necessidade de instrumentalização do aluno para que possa ter uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade, e atribui a escola essa função.

⁹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Versão – PCNs – 1º e 2º ciclos / agosto de 1996...p.33.

Segundo a perspectiva dos PCNs, a escola se apresenta como Aparelho Ideológico do Estado, tal qual interpretou Althusser e nos adverte Saviani *“Como Aparelho Ideológico do Estado dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção do tipo capitalista”*¹⁰

Reconhece-se um esforço para que o discurso dos PCNs aparente ser progressista, afinal “um ensino de qualidade busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la”. Porém, na medida em que as divergências conceituais de adaptação e transformação se aproximam das divergências de interesses das classes sociais constituintes da sociedade capitalista, e essa proposta não se posiciona politicamente, cabe, então, perguntar se essa transformação não seria uma reorganização dos diferentes aparelhos, quer de repressão quer ideológicos, caso a reprodução do modelo social seja ameaçada pelo desmascaramento de seus ultrapassados aparelhos de repressão ou ideológicos.

Sob essa desconfiança, a proposta dos PCNs é aqui analisada, e para a testagem da hipótese de que nessa proposta ainda há comprometimento com a reprodução do modo de produção capitalista, enfoca-se entre a inserção dos temas

transversais normalmente excluídos do currículo do ensino fundamental, a Orientação Sexual, afinal os incessantes discursos sobre sexualidade do século XX, postos em discussão por Michel Foucault, apresentam a repressão como o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade.

¹⁰SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo : Cortez / Ed. Assoc, 1983,p.33

4 – Poder, Saber e Sexualidade : para além da hipótese repressiva.

Ao referir-se ao modo como os incessantes discursos sobre a sexualidade se apresentam no século XX : sempre queixosos de uma repressão originada no século XVII que teria propiciado o estabelecimento do modo capitalista de produção, Michel Foucault aponta para a possibilidade desses discursos serem também um sintoma de uma possível e atual repressão, que dessa vez se revelaria na incitação desses mesmos discursos.

Assim, também a inserção do tema transversal Orientação Sexual ao currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras proposta pelos PCNs é aqui interpretada, mais como uma evidência de controle, do que como uma contribuição ao processo democratizante da sociedade.

Michel Foucault sintetiza os discursos de nosso século sobre sexualidade no que chamou de hipótese repressiva, a qual situa o início da instauração da Repressão Sexual no que seria o confisco da sexualidade pela família conjugal. A partir desse confisco, segundo essa hipótese : "*O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar reservando-se o princípio do segredo.*"¹¹

¹¹Foucault, Michel. História da Sexualidade I : A vontade de saber. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1986, p.9,10

Assim, as sexualidades ilegítimas, sob forma de concessão ficariam restritas em suas reinscrições aos circuitos do lucro (os rendez-vous e a casa de saúde).

Desse modo, fica evidenciado o caráter de repressão, onde a condenação ao desaparecimento, a injunção ao silêncio, a afirmação de inexistência conduzem a constatação de que não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber.

Então, o puritanismo teria imposto o que Foucault chamou de tríplice decreto (interdição, inexistência e mutismo) as variantes da sexualidade que não se enquadravam na seriedade da função de reproduzir.

Os defensores da hipótese repressiva denunciam a incapacidade da psicanálise de libertar-nos de uma crescente repressão, por esta não transgredir as leis, não suspender as interdições, não irromper a palavra, não restituir o prazer ao real, nem formar uma nova economia dos poderes, e estas serem, segundo eles, as atitudes necessárias para o rompimento da repressão enquanto modo de ligação entre poder, saber e sexualidade.

A psicanálise estaria restrita a funções de normalização.

Michel Foucault aponta como sustentáculos dos discursos que se estruturam sobre a hipótese repressiva o coincidente desenvolvimento do capitalismo, o que caracterizaria a repressão como parte da ordem burguesa; e o benefício do locutor que seria a sensação do locutor do discurso de ter se colocado, através da linguagem, fora do alcance do poder, e ainda identifica aí as velhas funções tradicionais da profecia :

"É porque se afirma essa repressão que se pode ainda fazer coexistir, discretamente, o que o medo do ridículo ou o amargor da história a maioria

dentre nós de vincular : revolução e felicidade; ou ainda, revolução e um outro corpo, mais novo, mais belo; ou, ainda, revolução e prazer."¹²

Para Foucault, este discurso da hipótese repressiva nos remete a uma repressão fatural, porém, deve-se também questionar, ao abordar-se a sexualidade, a existência em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si.

*"Trata-se, em suma, de interrogar o caso de uma sociedade que desde há mais de um século se fustiga ruidosamente por sua hipocrisia, fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e **promete liberar-se das leis que a fazem funcionar.**"*¹³ (grifo nosso)

Para fazer essa interrogação Foucault elabora três questões a serem discutidas :

- a) a repressão do sexo seria, mesmo, uma evidência histórica ?
- b) a mecânica do poder e, em particular a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo essencialmente de ordem repressiva ?
- c) o discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o de repressão ?

¹²Foucault, Michel. *História da Sexualidade I : A vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 11^a ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1986, p. 12.

¹³ibid, p. 14

É com base nessa terceira questão, que coloca-se aqui em questionamento a inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras, reformulando-a em função da aplicabilidade que aqui é dada a ela : a inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras representaria uma contribuição ao processo democratizante da sociedade brasileira ou mais uma manifestação de controle do poder?

Se identificada como uma manifestação de controle do poder (investigar-se-á a presença de elementos que a caracterize como repressiva), procurar-se-á confirmar a hipótese de que esse controle favorece a garantia da reprodução do modo de produção capitalista.

5 – Orientação Sexual na escola : a visão de uma sexóloga.

Neste capítulo, coloca-se em discussão a visão da sexologia, uma ciência que pertence ao campo da medicina, sobre o papel da escola na educação sexual de seus alunos.

Assim, pretende-se confirmar que o que está sendo colocado em discussão é a função social da Orientação Sexual como tema transversal no ensino fundamental proposta pelos PCNs e não a relevância da inclusão da educação sexual também no espaço escolar. Afinal, esta última parece ser consensual.

Essa visão é exposta a partir da análise do discurso de Marta Suplicy, que acredita na hipótese repressiva, ou seja, que a repressão se revela no silêncio e não alude a possibilidade da incitação do discurso ser um novo modo de repressão.

"Penso que a mecanização do sexo, a vivência sexual precoce, sem nenhum preparo, a gravidez indesejada, o sexo utilizado pelo homem para competir e pela mulher para mostrar que é 'liberada', o sexo usado para o consumo dos mais diferentes produtos e a desvinculação, por muitos, do afeto do sexo seja uma reação à repressão sexual que vivemos durante tantas décadas."¹⁴

Assim, a retomada do tema sexualidade, tanto em conversas familiares quanto no espaço escolar, é saudada como libertária, sem que com isso seja analisado o conteúdo dessas conversas.

Suplicy atribui ao advento dos meios de comunicação, a dificuldade para a construção de um sistema de valores consensual, porém, na tentativa de atender as expectativas de pais e educadores, relaciona um série de princípios que os pais e educadores devam defender e desenvolver na educação sexual :

¹⁴SUPLICY, Marta. Falando sobre sexo. 20^a ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 1999, p.36

- "1) respeito por si próprio e pela sua dignidade como pessoa;
- 2) respeito ao outro; a ninguém é permitido ver o outro somente como meio para satisfazer suas necessidades;
- 3) acesso à informação; responder o que a criança quer saber de forma honesta e não preconceituosa;
- 4) ajudar a criança a desenvolver o espírito de crítica; através da não-supressão da curiosidade e do estímulo do questionamento a criança desenvolve a capacidade de raciocínio, adquirindo condições para refletir sobre o que a cerca e escolher o que lhe convém."¹⁵

Suplicy constrói sua perspectiva, afirmando que

*"a educação ocorre desde que a criança nasce, através de todas as ações que presencia ou que é sujeita, mesmo que os pais ou outros não tenham consciência de que estejam educando. Serão essas ações, na maioria indiretas, que determinarão no indivíduo a vivência psíquica e prática da sua sexualidade e a percepção da sexualidade em geral."*¹⁶

Portanto, ainda que os pais tentem transferir essa responsabilidade para a escola, independentemente de suas consciências, é basicamente no seio familiar que se dá a formação da sexualidade de um indivíduo.

Assim, o papel da escola é complementar.

*"Cabe a ela informar, desmistificar, corrigir distorções, e eliminar preconceitos. A oportunidade de troca de experiências é fundamental para o desenvolvimento da criança, e a escola deve criar condições para isso. Daí a importância de professores capacitados para isso"*¹⁷

Para Suplicy, os valores sexuais se tornaram alternativos, isto é, não precisam ser compartilhados pelos membros de uma sociedade. Assim, a escola, ao trabalhar esses valores deve possibilitar o desenvolvimento da capacidade de escolha. Para tanto, relaciona os valores inerentes a uma sociedade democrática, como norteadores de uma ética para educar :

¹⁵SUP LIC Y, Marta. Falando sobre sexo. 20^a ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 1999,p.34

¹⁶ibid, p.51

¹⁷_____. Orientação Sexual. Rio de Janeiro : Editora O Dia S/A, 1999,p.35

" 1) respeito pela verdade;

2) respeito pela igualdade e dignidade de cada indivíduo;

3) reconhecimento do direito de livre-arbitrio e autodeterminação."¹⁸

Esses são os valores que procuraremos na análise que se segue, uma vez que os PCNs se dizem democratizantes.

¹⁸SUPLICY, Marta. Falando sobre sexo. 20ª ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 1999, p.35

6 – Orientação Sexual : Reprodução ou Transformação Social ?

A presente análise da inserção da Orientação Sexual como tema transversal no ensino fundamental proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais objetiva investigar, dentre seus possíveis efeitos político-sociais, algum comprometimento com a garantia de reprodução do modo de produção capitalista. Para tanto :

- a) considera que vivemos, nas últimas décadas, um período de repressão sexual onde esta se manifestou no que Foucault chamou de tríptico decreto (interdição, inexistência e mutismo) as variantes da sexualidade que não se enquadravam na seriedade da função de reproduzir;
- b) considera os princípios e os valores que, segundo apresentados por Marta Suplicy devem nortear a educação sexual;
- c) não restringe as formas de manifestação da repressão ao silêncio, investiga-se a possibilidade da inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras corresponder a incitação de um discurso advindo da mesma fonte que antes produzia o silêncio;
- d) uma vez caracterizando a inserção da orientação sexual como uma estratégia de controle repressora, verifica-se a hipótese inicial de que esse controle tenha algum comprometimento com a garantia da reprodução do modo de produção capitalista tendo a concepção

educacional da tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos como contraponto.

6.1 – Orientação Sexual ou Educação Sexual ?

O documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais que apresenta a proposta de inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras reconhece que os valores relacionados a sexualidade tornaram-se valores éticos em nossa sociedade e que, talvez por sermos uma sociedade multicultural, exista grande diversidade desses valores em nossa sociedade, *"(...) cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência através da reflexão."*¹⁹

Esse discurso, no entanto, não considera que exista um conflito entre as classes que tensas formam a nossa sociedade, conflito este que tem, entre uma de suas muitas formas de manifestação : a formação dos valores relacionados a sexualidade. Assim, a diversidade apontada, e que segundo esse discurso deve ser respeitada, não se revela amistosa, muito, pelo contrário, revela-se de modo conflituoso.

Esse conflito se dá sob distribuição a desigual de força política, conseqüente da desigual distribuição de renda que caracteriza a nossa economia. Assim, um documento que se pressupõe democratizante, antes de tudo, deveria se posicionar

¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Versão – PCNs – 1º e 2º ciclos / agosto de 1996.,p.8

politicamente ao defender o respeito à diversidade de valores e não apresentá-lo como um interesse consensual.

Esse discurso nos faz desconfiar do próprio tratamento dado ao tema sexualidade : Orientação Sexual. Por que não Educação Sexual ?

Ao apresentar a concepção do tema, parece-nos que fica evidenciado o carácter normativo dessa proposta :

*"Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade é, de forma bem mais ampla, expressão cultural. Cada sociedade cria **conjuntos de regras** que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual de cada indivíduo."²⁰*

Assim, Orientação Sexual nos remete a transmissão desse "conjunto de regras"(grifo nosso) e não a reavaliação e produção desse "conjunto de regras", o que se identificaria mais com a educação segundo a pedagogia crítico-social dos conteúdos.

Outro fator que parece justificar a abordagem da sexualidade como orientação, é a preocupação em enfatizar os objetivos relacionados a minimização dos possíveis desvios dessas regras : a gravidez indesejada entre as adolescentes e o risco da contaminação pelo HIV entre os jovens.

Tendo essa abordagem a conotação orientadora e sendo os valores das diferentes classes sociais relacionados à sexualidade muitas vezes antagônicos, cabe aqui questionar a que classe pertence o "conjunto de regras" por esse documento

²⁰ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Versão - PCNs - 1º e 2º ciclos / agosto de 1996,p.6

considerado, ou que categorias sociais ficam oprimidas a partir da difusão dessa abordagem.

Assim, num primeiro momento, busca-se identificar elementos repressivos nessa abordagem para depois posicioná-la politicamente.

6.2 – Orientação Sexual : um discurso incitado para controlar

Não há como negar que o tratamento dado ao tema sexualidade a partir do século XVII tenha se revelado repressor, e que essa opressão tenha se revelado no silêncio.

Há poucas décadas, sexualidade não era assunto e sexo era função biológica, reprodutora, própria da família patriarcal, de acordo com a hegemonia branco-européia aqui estabelecida. As variações em torno do tema estavam restritas aos espaços de tolerância, em geral relacionados com o lucro (prostíbulos, consultórios clínicos...).

Ao voltar a ser tema em discussão (a partir da década de 70), os discursos sobre a sexualidade sempre se apresentam como queixosos dessa repressão e a entonação dos emissores é quase sempre arrogante, como se através da linguagem estivessem se colocado para fora do âmbito da repressão.

Assim, estaria caracterizado o silêncio como repressão e o discurso como libertação, porém, o que pretende-se encontrar nessa análise de proposta de discurso, ou no próprio discurso da proposta sobre sexualidade (proposta de inserção do tema transversal Orientação Sexual no currículo do ensino fundamental das escolas brasileiras) são elementos repressivos. Assim, acredita-se que o discurso sobre

sexualidade muitos vezes é incitado, e essa proposta pode se tratar de uma incitação, como forma de repressão.

É através dos elementos que caracterizam a repressão sexual: a interdição, a inexistência e o mutismo, que se dá essa investigação.

O estudo da sexualidade, ainda que apresentado como o estudo que "reúne contribuições de diversas áreas como Antropologia, História, Economia, Sociologia, Biologia, Medicina, Psicologia e outras mais." parece só estar centrado na biologia e na medicina.

Assim, a sexualidade ainda é apresentada por sua função reprodutora ou pela negação dessa função : quando não se fala em órgãos reprodutores e suas anatomias e higienizações, fala-se em formas contraceptivas de relação sexual. A manifestação da sexualidade do adulto é exemplificada pela gravidez de uma professora e as possíveis curiosidades despertadas em seus alunos.

Nada é dito sobre as relações homossexuais, a não ser que na adolescência são pertinentes as explorações da atração e das fantasias com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto. Não se fala na anatomia dessas relações. Nem nos tipo de vínculos afetivos que podem conduzir a ela ou dela advir (a afetividade não era uma das dimensões dessa abordagem da sexualidade ?).

Não que aqui estejamos reivindicando essa anatomia, mas é de se desconfiar que haja alguma tendência favorecendo as relações heterossexuais, afinal a propósito da função reprodutiva, a anatomia dessas relações são detalhadas.

Estamos diante de um caso de condenação a inexistência. As relações homossexuais estão fora desses parâmetros, mesmo que os desejosos dessas relações tragam inscritos em seus "jeitos diferentes" o peso do preconceito social. Nesse caso, os parâmetros aconselham ao professor a trabalhar com a turma a tolerância com a diversidade como se fosse uma simples relação de gênero. Isso nos remete as máximas discriminantes : "Parece, mas não é", "Só parece..." e aí estão a inexistência e a interdição de mãos dadas.

Pode-se acrescentar aqui o mutismo, na tentativa desses parâmetros de dividir a sexualidade no que seria uma dimensão coletiva e uma vivência pessoal (e a vivência pessoal é o que não pode ser exposto). Ora se o documento relaciona entre seus objetivos a capacidade de compreensão da busca do prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana, o que seria essa vivência pessoal que não pode ser discutida?

Diante dessas contradições, pode-se imaginar que os princípios norteadores desses parâmetros, não são os mesmos enunciados por Marta Suplicy, afinal respeito ao outro negando sua existência não é possível, assim como não é possível respeitar a verdade e pregar o sigilo, mascarando-o de individualidade.

Acredita-se, assim, ter-se demonstrado a existência de elementos repressivos nesse discurso, logo o fato de ser discurso, ou incitação de discurso, nesse caso não se revela como libertário e sim como repressor.

Logo, se é para trabalharmos com as dimensões biológicas e médicas da sexualidade, e acrescentarmos a isso a tentativa de homogeneização dos valores

relacionados a sexualidade de parte da sociedade, talvez seja mais libertário deixarmos a sexualidade em disciplinas como ciências ou biologia e permanecermos em nosso "silêncio", pois, se há preocupação em incitação desse discurso, é que o nosso "silêncio" pode estar fugindo ao controle do poder vigente.

6.3 – Orientação Sexual : Reprodução Social.

Uma vez identificado que existem elementos repressivos no discurso da proposta de inserção do tema transversal Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais, agora será analisada a posição política dessa proposta.

De acordo com a pedagogia crítico-social dos conteúdos, o conflito existente entre as classes sociais que compõem as sociedades capitalistas não pode ser ignorado pela educação, esta deve se posicionar em função do processo democratizante da sociedade, buscando reverter o quadro de exploração dominante.

Conforme foi demonstrado, a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais ignora essa divisão de classes, ou o que é mais grave, ignora as tensões que as fazem existir, a divergência de seus interesses. Numa luta entre forças desiguais, aparentar neutralidade é se posicionar em favor do mais forte. Numa sociedade capitalista, simular neutralidade é se colocar em favor do explorador.

Outras evidências dos comprometimentos reacionários dessa proposta que se diz democratizante se seguem em função do confronto entre a metodologia didática proposta e a metodologia didática da pedagogia crítico-social dos conteúdos.

A proposta dos PCNs espera que os conteúdos sobre o tema transversal Orientação Sexual surjam a partir da curiosidade dos alunos.

Como aludimos no capítulo anterior, a repressão sexual é um fato e para que estejamos sob repressão faz-se necessário que haja a condenação à inexistência, ao mutismo e à interdição. Portanto, como esperar que surjam dúvidas sobre o que “não existe, não se fala ou não pode”?

As dúvidas surgidas, certamente serão sobre a sexualidade legitimada, ou a sexualidade em sua função de reprodução. Pergunta-se então, melhor do que o silêncio para reprimir, não seria a incitação dessas dúvidas que excluem as variantes ilegítimas da sexualidade?

Talvez se o professor selecionasse os conteúdos universais relativos a sexualidade e os articulasse politicamente com a diversidade dos valores éticos de sua comunidade relevantes no momento da abordagem, a dimensão dessa abordagem fosse libertária. Tal como se apresenta, é apenas reprodutora.

Outra implicação que vemos entre a Orientação Sexual e a reprodução social é a forma como o professor deve trabalhar os conteúdos abordados. Segundo a proposta dos parâmetros

“A escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando, se não uma isenção total, o que é impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.”²¹

Mais uma vez, num ambiente de conflitos onde existe repressor e reprimido, a escola, segundo esses parâmetros, se posiciona com neutralidade, como se o conflito se desse entre forças iguais.

²¹ BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Versão – PCNs – 1º e 2º ciclos / agosto de 1996...,p.9

Ao se apresentar com neutralidade as crenças familiares, incorre-se no risco de acontecer a "cientificização" da crença preconceituosa, que seria a equivocada elevação da crença familiar ao status de ciência pelo "respeito" dado a essa crença pela instituição que sistematiza conhecimentos (escola).

Assim, faz-se necessário a divisão do que deve ser respeitado pela escola e que é função desempenhada pela família, que seria formação da sexualidade em cada indivíduo, e do que seria (numa abordagem libertária) função da escola : a educação sexual, ou a produção da forma como o indivíduo relacionará a formação de sua sexualidade com o meio social, a partir dos conhecimentos universais autônomos.

Assim, a escola poderia abordar o tema sexualidade de acordo com os pressupostos da pedagogia crítico-social dos conteúdos, verificar-se-ia os dois momentos de Snyders que sustentam essa tendência pedagógica a continuidade (respeito a formação sexual individual) e a ruptura (educação sexual) e anunciar o fim das crenças preconceituosas difundidas pela ideologia da classe dominante na tentativa de garantia e de perpetuação de seu domínio.

Tal como se apresenta, essa abordagem da sexualidade proposta pelos PCNs se revela com indícios de fortes comprometimentos com a reprodução social do modo de produção capitalista. Conforme foi demonstrado as evidências ocorrem em diferentes instâncias: na ocorrência de elementos repressivos em seu discurso, na neutralidade política em que se pretende configurada, na neutralidade proposta na seleção dos conteúdos e na neutralidade proposta diante da apresentação das diferentes perspectivas sociais desses conteúdos.

7 – Conclusão

A partir da investigação da tendência dos possíveis efeitos político-sociais da inserção da Orientação Sexual como tema transversal no currículo do ensino fundamental pode-se chegar a algumas conclusões a respeito dessa tendência.

A hipótese inicial de que a abordagem da sexualidade proposta pelos PCNs tenderia para o comprometimento com a reprodução do modo capitalista foi confirmada a partir das evidências encontradas nos discursos do Documento de Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Documento de Convívio Social e Ética relativo ao tema transversal Orientação Sexual.

No discurso do Documento de Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, fica evidenciado que esses parâmetros não consideram o antagonismo entre os interesses das classes sociais formadas por nossa sociedade. Como foi considerado, isso equivale a se posicionar a favor da classe dominante.

No Documento de Convívio Social e Ética relativo ao tema transversal Orientação Sexual, verificamos que existe em seu discurso elementos repressivos às variantes sexuais não reprodutoras. E a repressão (a condenação ao mutismo, à inexistência, à interdição) não faz parte dos valores éticos de uma sociedade democrática.

Ainda no Documento de Convívio Social e Ética relativo ao tema transversal Orientação Sexual, ao compararmos a metodologia proposta com a metodologia da tendência pedagógica crítico-social dos conteúdos, nos certificamos de que, ser neutro é se colocar a favor da classe dominante.

A neutralidade é apregoada em todas as diferentes instâncias pedagógicas : na escolha do tema, na apresentação das perspectivas sociais.

Assim, pode-se concluir que a abordagem da sexualidade proposta pelos PCNs encontra-se politicamente a favor da classe dominante e conforme consideramos, à classe dominante interessa a reprodução do modo capitalista de produção, portanto os efeitos político-sociais dessa abordagem tendem para a reprodução de nossa sociedade e não para a democratização da mesma conforme se pressupõe.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação

Fundamental. Versão – PCNs – 1º e 2º ciclos / agosto de 1996.

CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo : Editora Ática. 1995.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Trad. de Roberto Machado. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1986

_____. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Trad. De Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1986

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro . 5ª ed. São Paulo : Editora Ática, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da Escola Pública : A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 15ª ed. São Paulo : Edições Loyola, 1985.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. São Paulo : Cotez / Ed. Assoc, 1983.

SUPLICY, Marta. Falando sobre sexo. 20ª ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 1999.

_____. Orientação Sexual. Rio de Janeiro : Editora O Dia S/A, 1999.